

**LAPESAM/GISREA/UFAM/CNPq/EDUA – Revista EDUCAzônia-Educação,  
Sociedade e Meio Ambiente - ISSN 1983-3423 – Ano 1, Vol I, no 1, pág. 87-99, jul-  
dez, 2008.**

**SOCIEDADE E NATUREZA EM KARL MARX: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA SOCIOLOGIA  
SOCIOAMBIENTAL**

**Robson dos Santos, Universidade Federal do Amazonas**

relvalins@yahoo.com.br.

**RESUMO:** A destruição da natureza, ocasionada pelo modelo de acumulação capitalista, impõe o análise social uma compreensão das dinâmicas entre o modo de produção e a exploração do meio-ambiente. O objetivo deste artigo é apontar o pensamento de Marx como fonte indispensável para a investigação sociológica das interfaces entre forma societária e natureza.

**Palavras-chave:** Natureza. Sociedade. Sociologia de Marx

**SOCIETY AND NATURE IN KARL MARX: CONTRIBUTIONS FOR A  
SOCIOENVIRONMENTAL SOCIOLOGY**

**ABSTRACT:** The destruction of nature, occasioned by the capitalist accumulation process, suggests a social analysis for the understanding of the dynamics between the model of the production and the environment exploitation. The objective of this article is to discuss the thought of Karl Marx as an indispensable to sociological investigation of the interfaces between social structure and nature.

**Keywords:** Nature. Society. Karl Marx’s Sociology

**1 - Introdução**

A sociologia emerge engajada na busca pela compreensão, conservação e/ou transformação das relações humanas produzidas historicamente, isto é, as condições sociais, culturais, políticas e economicas de explicação do “homem” e da cultura, almejando impor, com maior ou menor êxito, uma ruptura com as determinações de ordem biológica e climática. Se por um lado ela se espelha nos métodos provenientes das chamadas ciências naturais, como explicita o positivismo de Auguste Comte, por outro, o intento da sociologia é compreender as “determinações” que mobilizam os

indivíduos a partir das próprias condições sociais. Daí a máxima de que um fato social só pode ser compreendido a luz de outro fato social, como já apontavam sinteticamente as regras do método sociológico de Émile Durkheim. Nesse sentido, a natureza ocupa posições distintas nas diversas correntes de interpretação sociológica, variando conforme os vínculos teóricos e filosóficos adotados, que impõem formas diferenciadas de compreender a natureza em sua relação com a humanidade, muitas vezes recorrendo a uma separação conceitual positivista, em partes com objetivos operacionais, mas muitas vezes com conseqüências deletérias para a teoria social. Por isso, é preciso indagar qual a posição ocupada pela natureza na composição das relações sociais e culturais? Não se trata de resgatar anacronicamente a posição de um ente com poder de determinação monocausal, mas de ressaltar a importância de se integrar a natureza como parte das questões sobre o mundo social, apontando sua condição relacional e interacional, como faz com relativo sucesso parte da antropologia (SUAREZ, 1994). Isto é condição indispensável para a composição de uma sociologia que se lança sobre a compreensão da interface entre homem e natureza, ou da chamada questão ambiental, buscando localizar a experiência social dentro das macro-estruturas e da totalidade histórica.

---

Neste sentido, é no pensamento de Marx, sobretudo, que irrompe uma recusa radical da distinção entre humanidade e natureza. Em termos sociológicos, isso conflui numa densa contribuição para a interpretação dos processos de conformação social da natureza tomada em sentido amplo, isto é, não como espaço dissociado da reprodução das condições sociais de existência, mas como dimensão de realização da própria humanidade. Neste sentido, recuperamos nesse artigo alguns dos preceitos da interpretação marxiana sobre a natureza, apontando a fecundidade de seu pensamento para a apreensão da chamada “questão ambiental”, bem como tecemos algumas observações sobre a discussão contemporânea sobre natureza, que não pode contornar uma reflexão sobre as relações entre as classes sociais, o modo de produção e a exploração capitalista.

## 2 - A sociologia e a natureza: modernização e capitalismo

As formas de apreender a natureza encontram importantes variações no pensamento sociológico. Não se pretende aqui descrever todas, mas apenas apontar sumariamente algumas delas. Por vezes a natureza é analisada como unidade isolada e distanciada dos seres humanos e da sociedade, isto é, as relações sociais são compreendidas como independentes das condições e contextos naturais, pois, em tais visões, o desenvolvimento da civilização industrial significou um controle e um domínio maiores da natureza, inclusive o “grau” de “civilização” e “desenvolvimento” de uma sociedade passa a ser mensurado a partir do maior distanciamento da natureza. O conceito de civilização tem seu desenvolvimento em muito articulado a tal visão, como bem demonstrou Norbert Elias (1993).

Os intentos de Max Weber não eram evidentemente provar a superioridade da civilização ocidental e de seu modo típico de racionalidade, mas não deixa de ser relevante tomar o processo de racionalização que ele vislumbrava como um caminhar desencantado para o distanciamento da natureza, ou mesmo para a codificação completa da exploração sobre o “mundo natural”, isto é, a ilusão do domínio humano completo sobre a natureza. Tal processo conflui necessariamente na imposição das regras típicas da racionalidade capitalista sobre todo o mundo social, onde os bens materiais foram assumindo uma crescente e inexorável força sobre os homens, como nunca antes na História. Como completa Weber,

**Ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão, ou se, no fim desse tremendo desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascimento de velhos pensamentos e idéias, ou ainda se nenhuma dessas duas. Nesse caso, os “últimos homens” desse desenvolvimento cultural poderiam ser designados como especialistas sem espírito, sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado (WEBER, 2001, p.131).**

Frente a tal modelo de desenvolvimento do capitalismo, a natureza emerge como mais um instrumento voltado a uma cultura da racionalidade e da acumulação. Não há em Weber uma preocupação direta com a reflexão sobre a natureza, mas sua sociologia de cunho culturalista aponta uma crítica para os processos de racionalidade associados ao capitalismo contemporâneo e a sua apropriação da natureza. Afinal, o consumo, um dos pilares do sistema, se propaga a partir de uma ampliação das ações sociais racionais, com relação a fins econômicos definidos, apesar de manter elementos de um encantamento transitório e se vincular, por vezes, a paixões. Com isso, em coerência com a metodologia de Weber, a apreensão dos sentidos conferidos pelos sujeitos às suas práticas sociais requer que se tome o consumo como finalidade primordial da sociabilidade capitalista. É nele que os indivíduos depositam as esperanças de um reencantamento das relações sociais, mesmo que transitório e destrutivo. Para o consumo é indispensável que a satisfação seja efêmera, pois esta é a condição de realização do mercado. Tal condição implica numa secundarização das preocupações e sentidos sociais coletivos, pois o consumo é, sobretudo, uma realização do individualismo em sua vertente mercantil. Daí cabe o desafio às ações políticas de defesa do meio-ambiente (ou da natureza) de estruturar ações que sejam capazes de conferir um significado “reencantado” e coletivo para as reivindicações de preservação da natureza.

Em muitas das chamadas teorias da modernização irrompe a racionalização como chave de interpretação do desenvolvimento e, conseqüentemente, da interação do homem com a natureza. Tais teorias não redundam necessariamente numa reatualização dos modelos lineares de explicação do mundo social, mas visam apreender a lógica do processo socioeconômico à luz de categorias dinâmicas, históricas, capazes de captar a transição e a transformação social (GIDDENS, 1991).

A leitura weberiana da modernidade substancia um conjunto de interpretações sobre as antinomias e, principalmente, os riscos da modernidade. Idéia que adquire particular interesse no que se refere aos desafios contemporâneos impostos pelo “risco ambiental”. Tais teorias recorrem a uma releitura da tradição clássica na sociologia, com vistas a manter uma compreensão dos processos estruturais e a composição de teorias capazes de traduzir a dimensão global do capitalismo. A

sociologia clássica vislumbrava o lado negativo da modernidade e apontava as conseqüências do processo.

Viram que o trabalho industrial moderno tinha conseqüências degradantes, submetendo muitos seres humanos à disciplina de um labor maçante, repetitivo. Mas não se chegou a prever que o desenvolvimento das “forças de produção” teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material. Preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições de pensamento incorporadas na sociologia, e não é surpreendente que os sociólogos hoje encontrem dificuldade em desenvolver uma avaliação sistemática (GIDDENS, 1991, p. 17).

O sociólogo inglês Anthony Giddens pode ser tomado como um dos principais teóricos contemporâneos sobre a modernização. Seu resgate da sociologia clássica se prende a uma busca em compreender os impactos da radicalização da modernidade e as subjetividades daí advindas, bem como o espaço para a ação em tal contexto. Porém, sua apreciação quanto às possibilidades analíticas do pensamento de Marx relativas ao caráter destrutivo do capital acabam por ignorar o potencial da crítica dialética ao capitalismo. Centrado na dimensão racional e política da modernidade contemporânea, Giddens secundariza os aspectos materiais que plasmam uma destruição da natureza e que devem ser apreendidos na forma de organização social capitalista de exploração das classes e de privatização da natureza. A sociedade do risco, como aponta o sociólogo inglês, não elimina a sociedade de classes. E os perigos da modernidade devem ser vislumbrados não apenas nos “sistemas peritos” (GIDDENS, 1991), mas também na exploração social.

É relevante destacar que a discussão sobre homem e natureza não surge na sociologia apenas nas dinâmicas globais entre modo de produção e meio ambiente. Em outros casos, a natureza se refere não ao ambiente bio-climático, mas ao próprio corpo, que é interpretado sob duas dimensões: como *locus* do instinto ou realização de necessidades básicas (de comer e beber) e como construção cultural. Tais faces são evidentemente interligadas e não implicam necessariamente uma recusa das estruturas sociais amplas, apenas concentram-se em sua realização particular, os corpos (FOUCAULT, 1987).

Controlar o corpo, o instinto, isto é, o que há de “natural” na natureza humana passa a ser um dos aspectos do processo de socialização e, conseqüentemente, de interpretação por parte das ciências sociais em geral. Nestes casos, a interface homem/natureza é um processo que se realiza no mesmo *lócus*, isto é, o corpo do indivíduo. O conceito de cultura surge, então, ou como contraponto ao que há de instintivo, biológico e natural no humano, ou como forma de organizar culturalmente a natureza de forma a impedir que a sociedade seja dissolvida pelas pressões do instinto e pela busca descomensurada de prazer. A cultura, produção humana por excelência, passa a ser espaço de articulação, controle, distanciamento entre homem e natureza, ou melhor, entre o humano como construção cultural e a chamada natureza humana. Essas são algumas interpretações sobre homem (cultural e socialmente pensado) e a natureza.

Em todas elas a natureza não é vislumbrada necessariamente como um espaço intocado, mas opera sobre uma dupla dimensão, ou como força de submissão ou de pressão. Homem e natureza são vistos sobre uma divisão positivista, a partir de uma dualidade, seja de oposição radical, seja de integração repressiva e funcional. Críticas a essas concepções podem ser vislumbradas nas produções de Norbert Elias e Michel Foucault. Ambos estavam preocupados em descrever as formas de construção e moldagem dos corpos diante dos processos culturais e disciplinares da sociedade capitalista. Tais interpretações incorrem numa análise dos mecanismos de poder que se estruturam e se voltam para uma crescente superação da natureza do corpo. Eles realizam criticamente uma *sociogênese* (ELIAS, 1993) e uma *genealogia* (FOUCAULT, 1987) – ambos os conceitos descrevendo os processos históricos de construção de modelos sociais de controle dos corpos – da emergência de uma sociabilidade disciplinadora que almeja superar a natureza, o instintivo, o impuro imanente aos corpos. Disciplina essa que deve ser compreendida, em partes, como uma realização da moralidade cristã, como bem explicita Nietzsche (1999), pensador com forte influência sobre ambos.

As formas pelas quais a natureza é compreendida e discutida na sociologia são variadas e amplas, transitando da apreensão do meio-ambiente e da cultura, da investigação das estruturas econômicas e da apropriação da natureza e pensando os processos de construção social dos corpos e de sua “natureza”.

Compreender a interface homem/natureza como uma relação histórica demanda que a sociologia explicita quais as bases desse processo, mostre como as transformações humanas têm causas e relações sociais, culturais e econômicas. A obra de Karl Marx, inserida e relacionada aos debates acima indicados, constitui uma referência fundamental para tal tarefa.

### **3 - A natureza no pensamento de Marx**

A interpretação de Marx sobre a natureza se insere na tradição das ciências sociais. Porém, sua teoria não buscará definir a natureza como antítese do humano. Natureza e humanidade constituem uma unidade dialética na interpretação feita por Marx acerca do desenvolvimento histórico (CHESNAIS, 2002). Ela se articula ao seu projeto intelectual mais amplo de construir uma teoria da história, do desenvolvimento do gênero humano, de desnudar o sistema capitalista e de construir os fundamentos críticos a essa sociedade, apontando alternativas sociais.

A interface entre humanidade e natureza, condição central para o próprio desenvolvimento histórico, é interpretada por Marx a partir da mediação feita pela atividade do trabalho. Este é uma categoria central para o seu pensamento, pois os seres humanos produzem suas condições de vida a partir de uma apropriação e transformação da natureza. Esse processo caracteriza a atividade social do trabalho, que é tomado de forma ampla, como base das condições concretas de existência e não apenas voltado para a produção de mercadorias. Como bem destaca Marx (1998a) em *A Ideologia Alemã*, a primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é, portanto, a constituição corporal desses indivíduos e as relações que ela gera entre eles e o restante da natureza. Tal constatação conduz a uma apreensão dinâmica do processo social, pois a condição humana e as relações sociais passam a ser modificadas a partir da transformação da natureza e, conseqüentemente, da própria natureza humana.

O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida (MARX & ENGELS, 1998a, p. 21).

O homem, ao transformar a natureza por meio do trabalho, realiza uma alteração na sua própria natureza, que passa por um processo de humanização e de construção de novas relações sociais. A interação com a natureza é inicialmente algo criativo e transformador. Esse processo de humanização pode ser interpretado como a produção da cultura. Para Marx, o ato diferenciador fundamental do homem em relação às demais espécies é a construção de novas relações sociais a partir do trabalho e da capacidade de reconstruir e transmitir as formas de sociabilidade e as idéias daí advindas. O trabalho é a forma social central para a interação do homem com a natureza.

Acima de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. (...) Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX *apud* CHESNAIS & SERFATI, 2003).

O desenvolvimento da sociedade capitalista incorpora profundas mudanças nas relações do homem com a natureza. Essa interação não se opera mais apenas no nível de reprodução da vida, mas se converte numa fonte fundamental de produção de mercadorias. Marx aponta que a exploração cada vez maior da natureza constitui uma das bases centrais para o desenvolvimento do capitalismo, tomado como um estágio destrutivo da interface homem e natureza e das relações sociais. O trabalho na sociedade capitalista converte-se em fonte de exploração e dominação de classe.

Mas o trabalho assalariado, o trabalho do proletário, cria a propriedade para o trabalhador? De modo nenhum. Cria o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode aumentar sob a condição de criar novo trabalho assalariado, para de novo explorar (MARX & ENGELS, 1998b, p. 22).



A consolidação do capitalismo significa que as energias e fontes de riquezas naturais passam a ser subjugadas pelas forças produtivas da maquinaria, da grande indústria e das tecnologias de produção. O caráter central para a reprodução do capital é sua dimensão duplamente destrutiva: tanto do homem quanto da natureza. O trabalho, essa interação criativa com a natureza, se transforma na sociedade capitalista em uma mercadoria a ser explorada e passa a ser fonte de sofrimento e privação para quem o executa. Ele transforma-se em fonte central para a produção de riquezas da sociedade burguesa, mas tal riqueza possui uma apropriação desigual, pois é fundada na divisão entre as classes. O trabalho é, nesse sentido, a única mercadoria com poder de produzir valor.

O que determina a grandeza do valor, portanto é a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso [...] A grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade, e na inversa da produtividade, do trabalho que nela se aplica (MARX, 1988, pp. 46-47).

Além disso, a consolidação do capitalismo promove uma relação cada vez mais expropriadora e destrutiva entre o homem e a natureza. Essa última deve ser explorada com mais intensidade para a produção de mercadorias e é ela mesma transformada em mercadoria. A natureza deixa de ser um valor-de-uso, instância de socialização e se converte em fonte de lucro, objeto de exploração para a criação de valores de troca para o capital.

Tal característica do capitalismo desde seus primórdios se mantém com uma radicalidade crescente na contemporaneidade. Situação que parece retomar toda sua centralidade diante do pânico disseminado atualmente sobre aquilo que parece ser a “vingança da natureza”, apresentada pela mídia nas permanentes tragédias provocadas em virtude do “aquecimento global”, ou outras palavras-chave que adentram no vocabulário comum de percepção sobre uma realidade objetiva produtora de novas condições subjetivas de medo, pânico e receio em relação ao futuro da humanidade no planeta. Situações que se vinculam, por vezes, às estratégias do próprio capital com vistas a sua reprodução e conservação e mesmo a construção de novas formas de mercado (ZIZEK, 2003), como indicam as recentes discussões

acerca da negociação dos chamados créditos de carbono, onde aqueles que poluem menos podem vender aos demais países o “direito” de poluir mais.

#### **4. A natureza do capital e a natureza como capital**

A chamada “questão ambiental” recolocou para as ciências sociais o desafio crítico de reflexão sobre o sistema capitalista e a importância de se resgatar o pensamento de Marx, por muito ignorado em virtude, sobretudo, de simplórios preconceitos ideológicos. Aquecimento global, lixo, destruição da natureza etc., são situações profundamente vinculadas ao modo de produção capitalista e a sua própria essência, que é a produção de excedentes, de mercadorias, ou a transformação de tudo em mercadorias. Tornar o consumo um ideal de felicidade é uma estratégia ideológica utilizada permanentemente, tendo como consequência a própria naturalização do sistema produtor de mercadorias.

No interior do capitalismo, a natureza é aprisionada como a “grande serva” para a fabricação de produtos, artefatos e objetos descartáveis. Além disso, ela deixa de ser apenas fonte de matéria-prima e se converte também numa mercadoria para contemplação e comercialização. Basta ver a quantidade de anúncios que vendem os chamados paraísos na terra, os balneários, ilhas e praias incríveis, uma natureza intocada, como estratégia de atração de consumidores, ou turistas, isto é, um consumidor de paisagens e vivências. A natureza é fonte de valor e de riquezas. E não se trata apenas da riqueza proveniente da diversidade biocultural que ela comporta, mas riqueza pensada a partir da lógica da mercadoria e da reprodução ampliada de lucros. Como bem denota o crescimento do número de *resorts* em pontos turísticos, hotéis que vendem a experiência de viver na natureza etc. A natureza é valorizada no capitalismo somente se puder ser trocada por outra mercadoria, ou, mais comumente, por dinheiro.

A ameaça bastante considerável de destruição de diversos ambientes e a degradação dos próprios ambientes rurais e urbanos é algo profundamente conectado ao modelo capitalista. Isto o pensamento de Marx ressalta e explicita claramente. As cidades quase inabitáveis em virtude dos milhões de carros, a destruição da floresta amazônica, da mata atlântica e do cerrado para a plantação de soja e a criação de gado

são alguns dos resultados de um sistema produtivo que coloca o lucro imediato como objetivo de toda existência social. Aqui não se trata de mera constatação moral, mas das conseqüências diretas do modelo econômico sobre a vida humana, das implicações da “universalização” e imposição do ideário burguês do consumo como único ato de liberdade. Tal estratégia ideológica conta com o apoio compacto de uma hegemonia cultural que tem na mídia, nos sistemas de ensino, entre outras instâncias, aliados centrais. Nada mais “natural” que tais espaços sejam os primeiros a propagarem a necessidade de se repensar os hábitos de consumo, sem, contudo, tocar no cerne do problema que é a própria forma de organização produtiva da sociedade.

De acordo com Marx, é evidente que não basta fazer a crítica do consumo e das formas na qual ele é feito. Não é ele autonomamente que gera a produção, mas é a própria necessidade capitalista de aumentar a produção e a circulação, de reproduzir de forma ampliada o capital que impõe a criação de novas necessidades, novos desejos de consumo e, conseqüentemente, novas demandas por matérias primas e poluição. Antes de imaginarmos que é impossível viver sem o celular, é preciso que o celular tenha sido desenvolvido, produzido e esteja sendo comercializado, isto é, que componha uma necessidade vital. Criar novas necessidades permanentemente é a condição central para a sobrevivência do capitalismo, mas isto implica em uma situação cada vez maior de (auto)destruição da espécie humana, ou ao menos de suas classes desfavorecidas.

O capital tem uma característica profundamente expansionista, como já apontava Marx (1998b) e a globalização contemporânea a comprova. Para a ampliação de seus níveis de produção e acumulação é preciso tomar novos mercados, construir novos consumidores e passar a produzir o excedente necessário, isto é, levar o capitalismo e sua forma de organização social para todas as sociedades e espaços. Para tanto, o sistema sempre precisa de mais matérias-primas, construir novas práticas de consumo, reinventar cotidianamente novas necessidades e converter as diversas culturas em adeptas da cultura do consumo. O custo disso é global e evidente. Portanto, por trás da emergência da questão ambiental, da etapa contemporânea das interfaces homem/natureza reside o modo de produção capitalista, uma etapa radical e destrutiva da relação entre humanidade e os demais seres vivos. Neste sentido, de uma suposta catástrofe que se aproxima e, principalmente, da necessidade de se

repensar as formas de produção e as relações antropocêntricas da dinâmica social com o meio-ambiente, Marx irrompe em toda a sua atualidade.

Por fim, é importante ressaltar que essa contradição entre a propriedade privada da natureza e a preocupação com sua sustentabilidade em função das futuras gerações não é uma novidade criada pelo ambientalismo contemporâneo. Para ilustrar isso, basta resgatar uma citação de Marx em “O Capital”, que expressa a grande atualidade de sua obra para a sociologia voltada para a questão ambiental e para o debate político, com seus limites, contradições e riquezas:

Do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada de certos indivíduos sobre o globo terrestre parecerá tão absurda quanto a propriedade privada de um ser humano sobre outro ser humano. Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, mesmo todas as sociedades coesas em conjunto não são proprietárias da Terra. São apenas possuidoras, usufrutuárias dela, e como *boni patres familias* deve legá-las melhorada às gerações futuras (MARX *apud* CHESNAIS & SERFATI, 2003).

O debate sociológico sobre a natureza e o meio ambiente incorre necessariamente em uma compreensão das conseqüências políticas que ele envolve. As questões que estão relacionadas com a destruição humana do meio-ambiente não permitem que a reflexão se esgote no campo das objetivações metodológicas, ou na esfera dos fatos. É urgente uma recomposição das próprias estruturas de produção e reprodução dos poderes econômicos e sociais. Tal processo comporta uma indispensável dimensão política. Os novos movimentos sociais e as formas de resistência à imposição da lógica do mercado constituem parte dessa tarefa. Nesse sentido, o pensamento de Marx é reatualizado frente à permanência e mesmo o aprofundamento dos problemas e contradições por ele descritos.

## Referências Bibliográficas

- BURKETT, PAUL. *Marx and nature. A red and green perspective*. New York, St. Martin's Press, 1999.
- CHESNAIS, François & SERFATI, Claude. "Ecologia" e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: Rev. Crítica Marxista, nº : Campinas, 2003.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. (2v). Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993.
- FOSTER, John Bellamy. *Marx's ecology. Materialism and nature*. Nova York, Monthly Review Press, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Ed. Vozes: Petrópolis, 1987.
- GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- SUAREZ, Mireya. A Seleção natural como modelo de transformações e a adaptação cultural do homem. Em: *Humanidades*, v. 2, n. 9, 1994. Pp. 129-138.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998a. \_\_\_\_\_ . *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Ed. Cortez, 1998b.
- MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral – uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2001.
- ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao Deserto do Real*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Recebido em 23 de maio de 2008.

Aceito em 18 de julho de 2008.